

## IV.5.2

**A Importância do Estudo de Caso no contexto de Bolonha**

Sérgio Miguel Tenreiro Tomás (\*), Ana Cláudia Carvalho Campina

*(\*) Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras*

O período do pós-Processo de Bolonha obrigou à assunção de um novo paradigma por parte dos principais intervenientes do ensino superior, professores e alunos, e à adoção de novas estratégias que permitam alcançar a excelência pedagógica.

No âmbito da licenciatura em Direito, o Processo de Bolonha teve um grande impacto porque reduziu de 5 para 4 anos a conclusão do 1.º ciclo de estudos, mas ao nível dos conhecimentos adquiridos o objectivo era evitar a existência de licenciados de 1.º e de 2.ª categoria, o que obrigaria a um ajustamento que permitisse minorar a eliminação de dois semestres do plano de curso.

Para que tal desiderato seja alcançado existem dois parâmetros que se complementam apesar de naturalmente distintos.

Relativamente ao primeiro parâmetro cumpre a cada docente abordar, em contexto de aula, os principais pontos dos conteúdos programáticos da Unidade Curricular numa componente teórica e posteriormente numa componente prática, através do estudo de caso, possibilitando ao aluno o cumprimento pleno do segundo parâmetro: o estudo autónomo que lhe possibilitará aprofundar cada tema abordado pelo professor e atingir os objetivos da aprendizagem. Este estudo autónomo não pactua com a total isolamento do aluno porque cumpre ao docente proporcionar-lhe, através do horário de atendimento e das novas tecnologias (plataformas de e-learning e correio eletrónico), um acompanhamento permanente, que lhe permitirá limar arestas ou ultrapassar obstáculos dificilmente contornáveis sem o acesso a estes recursos.

No âmbito da licenciatura em Direito e mais concretamente no ensino da unidade curricular de Direito do Trabalho, houve o objectivo manifestar a importância da conciliação dos conceitos teóricos com a aplicação prática, através do estudo de caso, e teve como destinatários os alunos do 3.º ano.

A metodologia do estudo de caso surge através da criação de hipotéticas e plausíveis situações da vida real, com relevância jus-laboral, após o ministrar de conceitos teóricos a respeito.

Esta dicotomia teoria/prática é realizada por segmentos. Cada segmento corresponde a uma parte do programa da ficha da unidade curricular.

Após esta sinergia teoria/prática os alunos foram avaliados com o objectivo de graduar a sua capacidade em resolver determinados problemas da vida real de verdadeiro impacto jurídico no âmbito laboral.

No que respeita aos resultados alcançados, num universo de 35 alunos, a metodologia do estudo de caso após o ministrar de conceitos teóricos a respeito, por segmentos, conciliado pelo estudo autónomo, permitiu a obtenção de uma taxa global de aprovação de 60% (21 alunos).

Quando comparam estes resultados com a anterior metodologia, na qual apenas se dava relevância aos aspectos teóricos, competindo depois aos alunos através do estudo autónomo, e em contexto de prova de exame, resolver distintas problemáticas relacionadas com a vida real, a taxa global de aprovação foi de apenas 42,85% (15 alunos).

Para que a primeira abordagem funcione é necessário que esteja suportada por um método de avaliação contínua que fomente nos alunos a necessidade de estar presente nas aulas. A forma de obter este compromisso passa pela contabilização da assiduidade como fator eliminatório, porquanto a realização do estudo de caso é feito em contexto de sala de aula, assim como a consequente resolução e discussão crítica e posterior prestação de provas escritas de avaliação.

Não obstante algumas reticências iniciais por parte dos alunos face às exigências é de salientar que a obrigatoriedade da presença em sala, a dinâmica proporcionada pela constituição de grupos de trabalho, a constante pressão pela proximidade das provas escritas de avaliação, a necessidade de defender em público a resolução de estudos de caso, onde ninguém quer parecer fragilizado, induz o aluno a um compromisso árduo mas persistente durante o semestre.

A transposição desta estratégia, realizada no âmbito do Direito, é perfeitamente plausível de concretizar em diferentes domínios porque estão alicerçadas em realidades transversais a várias áreas do saber: A assiduidade do aluno, o compromisso do docente, a avaliação contínua, a forma como esta é concretizada e o método de ensino com incidência no estudo de caso após o ministrar de conceitos teóricos que fomentam a sua resolução.

